

**Ilmo.(a) Sr.(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do SESC –
Administração Regional no Estado do Tocantins**

Recurso Administrativo contra Inabilitação da Licitante

**SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO
ESTADO DE TOCANTINS**

Comissão Permanente de Licitação do SESC no Estado do Tocantins - TO

**Ref.: Licitação na Modalidade Concorrência, do Tipo Menor Preço nº00007 – 24 –
CC.**

IGF Construções e Serviços LTDA, empresa individual inscrita no CNPJ nº 27.850.633/0001-45, com sede na Rua da Assembleia, nº 170- B, Bairro Maracangalha, na cidade de Belém/PA – CEP 66.110-190, vem à presença de V. Sa., por intermédio de seu representante legal, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, interpor **Recurso Administrativo** contra a decisão desta digna Comissão de inabilitação da ora Recorrente, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos em suas razões.

Outrossim, requer-se que o presente Recurso seja recebido com o **efeito suspensivo**, conforme reza o §2º do art. 109 da Lei de Licitações.

Termos em que pede deferimento.

Belém/PA, 14 de novembro de 2024.

IGF Construções e Serviços LTDA

Representante Legal

Razões do Recurso Administrativo

Ref.: **Concorrência nº 00007 – 24 – CC**

Emitente Julgador,

I. Fatos

Trata-se de Licitação na modalidade na Modalidade Concorrência, do Tipo Menor Preço nº00007 – 24 – CC, SESC TOCANTINS, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL do SESC – TO, instituída através da Portaria Sesc/DR nº 1045/2023, que tem como objeto a contratação pessoa jurídica para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DE ATIVIDADES SESC PALMAS, COM UMA ÁREA TOTAL DE 5.769,98M², INCLUINDO AS ALAS: DA EDUCAÇÃO (TÉRREO E 1 PAVIMENTO) COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.758,57 M², CONSTRUÇÃO DE SALA MULTIUSO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 184,49M², ENDEREÇO: QUADRA ACSU NE 60 (502 NORTE), S/N AV. LO 16, CONJUNTO 03 LO - PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS - TO**, tudo conforme projetos, especificações técnicas e planilha quantitativa de serviços constantes do Anexo I.

No dia 05 de novembro de 2024, foi realizada a continuação do processo licitatório para julgamento com critério Menor Preço, quando após a os devidos apontamentos entre os representantes das empresas concorrentes a CPL constatou as seguintes ponderações contra a empresa **IGF Construções e Serviços LTDA - EPP**:

[...]

II) A empresa IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, apresentou Certidão Positiva de Falência e também no que se refere ao atestado de capacidade técnica, deixou de apresentar atestado para o item “Execução de piso cerâmico ou porcelanato”, solicitado no subitem 9.3.3.1 do edital; (grifo nosso)

Em que pese o posicionamento da Comissão, a Recorrente entende que houve equívoco por ocasião de sua inabilitação, visto estarem preenchidos todos os requisitos constantes no Edital.

Afirma-se isso visto que a Recorrente entende que restaram preenchidas a contento tanto as exigências editalícias necessárias para este processo.

Do Mérito:

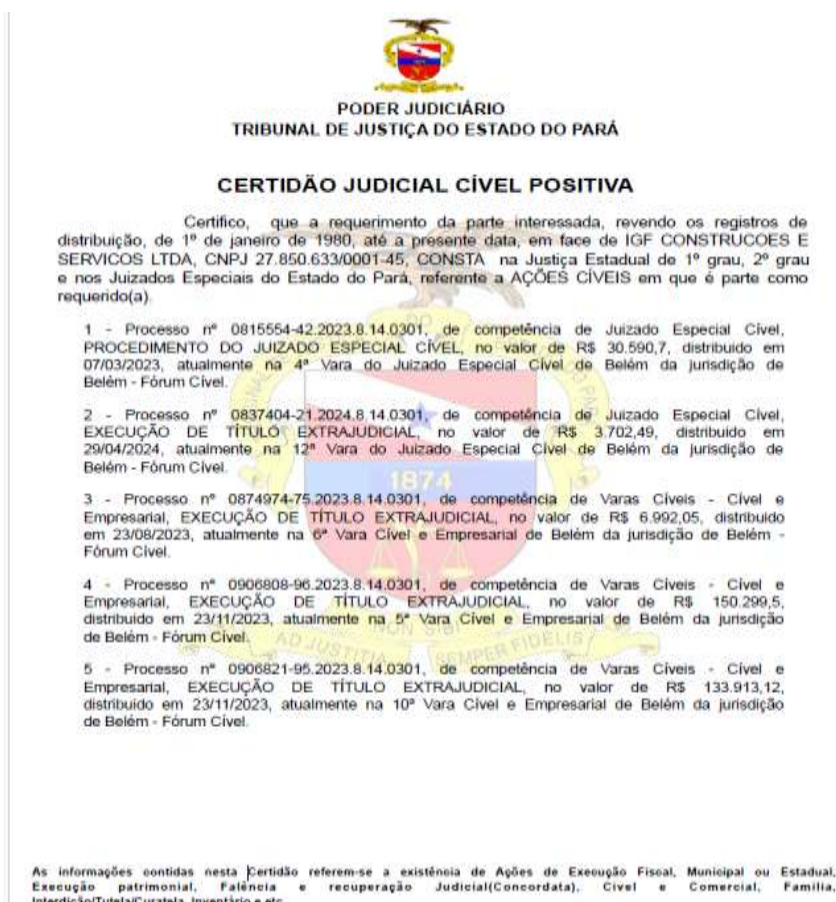
(i) Apresentação de Certidão de Falência e Concordata

O item editalício que supostamente a Recorrente teria apresentado de forma positiva, fazem parte do tópico das Certidões relativas à Qualificação Econômico-Financeira:

c.1) Certidão negativa de falência (conforme a Lei 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição inferior a 90 dias em relação à data da apresentação dos envelopes.

(Grifo nosso)

Pois bem, ocorre que a empresa apresentou a referida certidão positiva, todavia a mesma não se encontra positiva para efeitos de falência como determina o edital, observa-se:



Dessa forma, se a finalidade da certidão positiva de falência exigida diz respeito à análise da saúde financeira da empresa licitante, esta restou comprovada mediante a certidão, pois não há processo de falência em andamento. Assim, a decisão de inabilitação sob pretexto de estar de acordo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, em verdade, fere-o na medida em que assim se caracteriza como ilegalidade por negar a veracidade do documento apresentado.

Nesse sentido, os Tribunais brasileiros entendem da seguinte forma:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/SMCAS. MUNICÍPIO DE RIO GRANDE. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA À PRESTAÇÃO DOS

SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS ATENDENTES CBO 4221-05, NA SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMCAS). INABILITAÇÃO PARA O CERTAME. NÃO ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DISPOSTA NO ITEM 4.4.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DIANTE DA NÃO APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. EXCESSO DE FORMALISMO CONFIGURADO, EM RAZÃO DA CERTIDÃO SICAF APRESENTADA PELA PARTE. ORDEM CONCEDIDA. 1. **Em que pese não se negue a rotineira aplicação do princípio da adstrição ao edital nos julgamentos relativos ao cumprimento das exigências formais dos certames públicos, não se pode olvidar que tal entendimento deve ser mitigado, quando evidenciado que o formalismo excessivo afronta diretamente outros princípios de maior relevância, como o interesse público diretamente relacionado à amplitude das propostas oferecidas à Administração Pública.** 2. **Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por prejudicar a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência.** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório decorre dos princípios da isonomia e da impessoalidade, e deve ser conjugado com o propósito de garantia à obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público, o que determina que sejam relevadas simples irregularidades, com a observância ao princípio do formalismo moderado. 3. In casu, a inabilitação da recorrente se deu em razão da não apresentação da Certidão Negativa de Falência ou Concordata exigida no item 4.4.1 (Qualificação Econômico-Financeira). Todavia, restou juntado pela parte impetrante a Certidão SICAF, que determina a presunção da negativa de falência ou recuperação judicial. Aplicação da Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 3.722/2001, Instrução Normativa nº 02/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Manual do SICAF. Assim, outra solução não pode ser dada senão a concessão da ordem. APELO PROVIDO, POR MAIORIA, NA FORMA DO ART. 942 DO CPC.

(TJ-RS - AC: 70083955484 RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Data de Julgamento: 27/07/2020, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 04/09/2020)

Verifica-se, portanto, que a empresa Recorrente atendeu a contento todas as exigências do edital, não se configurando, desta forma, em qualquer impedimento para que a empresa seja considerada HABILITADA.

(ii) Da comprovação da Qualificação Técnica – Apresentação de atestado:

Pois bem, ocorre que a empresa Recorrente apresentou Certidão de Acervo Técnico Com Atestado nº 0000000404790, onde a empresa consta como CONTRATADA reforma e padronização da agência do Banpará Tucuruí, onde o referido atestado se encontra no nome da licitante, senão vejamos:



Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

Página 1/28
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000404790



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s).

Profissional: HELIO COSTA DE OLIVEIRA
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista
 Registro Nacional: Registro CAU nº 000A928224

Validade: Indefinida

Número do RRT: 6215811

Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO

Registrado em: 04/10/2017

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: REGISTRO DA OBRA CONTRATO: QUE TEM COMO OBJETO: REFORMA E PADRONIZAÇÃO DA AGÊNCIA DO BANPARA TUCURUI.

Empresa contratada: IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP
 CNPJ: 27.850.633/0001-45

No Atestado acima, a Recorrente comprova que cumpriu a exigência editalícia de acordo com o item **8.3.1**, referente ao atestado de capacidade técnica-operacional em 397,48 m².



Certidão de Acervo Técnico - CAT
 Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-PA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

198581/2019

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea-PA, o Acervo Técnico do profissional **CARLOS HENRIQUE RABELLO DE ALBUQUERQUE** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: CARLOS HENRIQUE RABELLO DE ALBUQUERQUE
 Registro: 1510358773PA RNP: 1510358773
 Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: PA20190360581

Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO

Registrada em: 24/01/2019

Baixada em: 29/10/2019

Forma de registro: INICIAL

Participação técnica: INDIVIDUAL

Empresa contratada: IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Atividade Técnica: 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1002 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO 15 - EXECUÇÃO 6.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1143 - OBRAS CIVIS 15 - EXECUÇÃO 534.73 metro quadrado; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SISTEMAS CONSTRUTIVOS -> SISTEMA CONSTRUTIVO -> #1241 - EM CONCRETO ARMADO 15 - EXECUÇÃO 13.50 metro cúbico; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SISTEMAS CONSTRUTIVOS -> SISTEMA CONSTRUTIVO -> #1243 - EM METÁLICO 15 - EXECUÇÃO 862.84 quilograma;

Já neste Atestado a Recorrente comprova que cumpriu a exigência editalícia, referente ao atestado de capacidade técnica-operacional em 286,97 m²; 104,50 m²; 286,97 m². Dessa forma, somando um total de 687,44 m².

Por último, o Atestado CAT Nº 180025/2019 abaixo a Recorrente comprova que cumpriu a exigência editalícia, referente ao atestado de capacidade técnica-

operacional em Item 1.11.1: 10,72 m²; Item 3.11.1: 23,83 m²; Item 4.11.1: 139,50 m², conforme destaca-se abaixo:

Página 1/16



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

CREA-PA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

180025/2019

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea-PA, o Acervo Técnico do profissional **CARLOS HENRIQUE RABELLO DE ALBUQUERQUE** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: CARLOS HENRIQUE RABELLO DE ALBUQUERQUE
Registro: 1510358773 RNP: 1510358773
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: PA20180316526 Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 16/08/2018 Baixada em: 05/02/2019
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Contratante: MINISTÉRIO DA DEFESA CPF/CNPJ: 07.546.073/0001-22
Endereço do contratante: RODOVIA SANTARÉM-CUIABÁ Nº: S/N
Complemento: BR 163 KM 10 Bairro: CIPOAL
Cidade: SANTARÉM UF: PA CEP: 68033010
Contrato: 28-2017 Celebrado em: 11/12/2017
Valor do contrato: R\$ 1.018.381,57 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO
Ação Institucional: Órgão Público
Endereço da obra/serviço: RODOVIA BR 316 Nº: S/N
Complemento: KM 410 Bairro: CENTRO
Cidade: MORAES ALMEIDA - Distrito UF: PA CEP: 68189000
Data de Início: 02/01/2018 Conclusão efetiva: 30/08/2018
Finalidade: Outro
Proprietário: MINISTÉRIO DA DEFESA CPF/CNPJ: 07.546.073/0001-22

Atividade Técnica: 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1002 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO 15 - EXECUÇÃO 60.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1003 - INSTALAÇÃO HIDRÁULICA 15 - EXECUÇÃO 22.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1005 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA 15 - EXECUÇÃO 18.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1177 - ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1871.81 metro quadrado; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SISTEMAS CONSTRUTIVOS -> SISTEMA CONSTRUTIVO -> #1241 - EM CONCRETO ARMADO 15 - EXECUÇÃO 102.90 metro cúbico;

Observações

REGISTRO DO CONTRATO Nº 28/2017 QUE TEM COMO OBJETO: CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO INSTALAÇÕES DE CANTEIRO DE OBRAS NO KM 410 RODOVIA BR 163 S/N, CEP 68.189-000, DISTRITO DE MORAES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE ITAITUBA.

Número da ART: PA20190368011 Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 15/02/2019 Baixada em: 19/02/2019
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Contratante: MINISTÉRIO DA DEFESA CPF/CNPJ: 07.546.073/0001-22
Endereço do contratante: RODOVIA SANTARÉM-CUIABÁ Nº: S/N
Complemento: BR 163 KM 10 Bairro: CIPOAL
Cidade: SANTARÉM UF: PA CEP: 68033010
Contrato: 28-2017 Celebrado em: 11/12/2017
Valor do contrato: R\$ 1.018.381,57 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO
Ação Institucional: Órgão Público
Endereço da obra/serviço: RODOVIA BR 163 Nº: S/N
Complemento: KM 410 Bairro: CENTRO
Cidade: MORAES ALMEIDA - Distrito UF: PA CEP: 68189000
Data de Início: 02/01/2018 Conclusão efetiva: 30/08/2018
Finalidade: Outro
Proprietário: MINISTÉRIO DA DEFESA CPF/CNPJ: 07.546.073/0001-22

Atividade Técnica: 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1002 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO 15 - EXECUÇÃO 60.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1003 - INSTALAÇÃO HIDRÁULICA 15 - EXECUÇÃO 22.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1005 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA 15 - EXECUÇÃO 18.00 Pontos; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1177 - ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1871.81 metro quadrado; 1 - DIRETA RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SISTEMAS CONSTRUTIVOS -> SISTEMA CONSTRUTIVO -> #1241 - EM CONCRETO ARMADO 15 - EXECUÇÃO 102.90 metro cúbico;

Observações

REGISTRO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2017 QUE TEM COMO OBJETO: CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO INSTALAÇÕES DE

Dessa forma, em que pese o posicionamento da comissão, a impugnante entende que nos atestados apresentados, conforme demonstrado acima, a Recorrente cumpre com o exigido, sendo ilegal o indeferimento por não conter previsão no edital.

Por este motivo, a Recorrente deve ser considerada HABILITADA.

(iii) Fundamentação jurídica

Em que pese o entendimento desta CPL, com as devidas vênias não parece ser a decisão mais adequada ao ordenamento jurídico pátrio, trazendo considerável prejuízo ao erário, conforme se explanará.

Conforme Lei de Licitações (Lei 14.133/21), a licitação destina-se a garantir dentre outros princípios, o da proposta mais vantajosa para a administração, vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;**

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. (grifei)

A **habilitação** é a fase da licitação pública em que se busca verificar as condições de qualificação daqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, devendo os interessados atender a todas as exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório.

Relevante frisar que **o Edital é a lei interna da licitação** (Lei 14.133/21), fazendo que, tanto a Administração quanto as licitantes fiquem presas ao que for ele estipulado, sendo inadmissível, ilegal e incompreensível a aceitação de documentos ou propostas em desacordo com o exigido no instrumento convocatório.

Não faz sentido que a Administração fixe um determinado procedimento e forma no edital e que, na hora da análise, quer da documentação, quer das propostas ou mesmo da forma pré-estabelecida para a sua entrega, venha a admitir que se contrarie o exigido.

Isso significa que tanto as regras de regência substantiva, quanto procedimental não poderão ser atropeladas pela Administração e pelos licitantes, permanecendo vigorosas ao longo da licitação.

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, **não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório**, pois, para garantir **segurança e estabilidade** às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o **tratamento**

isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello¹:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

Segundo Lucas Rocha Furtado², Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

[...] o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que ‘a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada’. (grifo nosso)

Neste sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho³:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. **Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento**, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração.

¹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, *Curso de direito administrativo*. Pg. 772

² FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Direito Administrativo*, 2007, p.416

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.

E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à **impessoalidade** e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos.

Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.” (Grifos nossos)

No mesmo sentido é a lição de Jessé Torres Pereira Jr⁴:

A vinculação da Administração às normas e condições do edital (vale também para a carta – convite), que a lei qualifica de estrita, acarreta pelo menos cinco consequências importantes:

(a) a discricionariedade da Administração para estabelecer o conteúdo do edital transmuda-se em vinculação uma vez este publicado, passando a obrigar tanto o administrador quanto os competidores;

(b) o descumprimento de disposição editalícia, pela Administração, equivale à violação do direito subjetivo dos licitantes de se submeterem ao certame segundo regras claras, previamente fixadas, estáveis e iguais para todos os interessados;

(c) para que o edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes, necessários é que todas as suas cláusulas e condições conformem-se aos princípios regentes da matéria e à lei, seguindo-se que o edital não é peça intangível, ao inteiro alvedrio da Administração;

(d) observância estrita não é sinônimo de apego cego à literalidade de palavras isoladas, impondo-se no caso de dúvida razoável, a busca interpretação que assegure a prevalência do interesse público, de acordo com o sistema de princípios e normas que o moldam;

(e) tampouco é conveniente “para o bom êxito de certame licitatório a inclusão de exigências que se prestam apenas a dificultar a participação dos concorrentes. Os requisitos que verdadeiramente importam devem ser aqueles referentes aos específicos objeto do contrato e não à forma como os documentos devem ser apresentados. A burocracia e a

⁴ STJ, MS nº 5.596- DF, Rel. Min. Américo Luz. DJU de 04.02.98, pág.03, in Comentários à Lei de Licitações e contratações da administração pública, ed. Renovar, pag. 436/437.

formalidade excessivas podem afastar excelentes candidatos, em prejuízo final da própria Administração.

Ademais, a não aceitação da referida empresa no certame, após o cumprimento às normas contidas no edital, consistirá em **QUEBRA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE**, já que todos os participantes devem ser tratados de igual forma, devendo cumprir as normas legais e editalícias.

Caso não se aceite a participação de empresas que cumpram com as estipulações contidas no instrumento convocatório, privilegiará alguns em detrimento dos demais, o que é vedado pela norma.

Portanto, estando, tanto as licitantes quanto a Administração Pública, vinculada ao instrumento convocatório, o qual se consubstancia na lei interna da licitação, imperiosa a **Habilitação da Recorrente**, ante ao cumprimento das determinações editalícias em sua integralidade.

Desta sorte, cumprindo os requisitos do Edital, notadamente quanto a empresa ter comprovado a sua Capacidade Técnica Operacional para os quantitativos mínimos exigidos, torna-se inevitável a consequência de **HABILITAR** a empresa, o que requeremos desde já.

POR CERTO QUE AS EXIGÊNCIAS FEITAS E CRIADAS, TIVERAM NA PRÁTICA O CONDÃO DE LIMITAR SOBREMANEIRA A COMPETITIVIDADE DO CERTAME, FRUSTRANDO O OBJETIVO PRINCIPAL DA LICITAÇÃO, QUAL SEJA, A OBTENÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Ampliar o universo dos concorrentes, respeitando a lei, é sempre conveniente na fase de habilitação. Estreitá-la aprioristicamente é injusto. A questão tem como vértice a interpretação da lei e, na escala hierárquica imediatamente inferior é o Edital.

Vale lembrar que o Edital, ainda que seja a “lei” que liga os licitantes à Administração, tem natureza secundária. Portanto, se houver alguma desobediência do Edital à Lei nº 14.133/21, que é de natureza primária, deve prevalecer essa última.

Portanto, sem razão a CEL. A discricionariedade consiste na liberdade para o administrador de escolher, entre as várias soluções emergentes na lei, aquela que mais se ajusta à realização do interesse público. Tal prerrogativa não significa poder absoluto, de todo livre. Liga-se, de manifesto, ao princípio de legalidade. Nenhum órgão ou agente público guarda o poder de praticar atos alheios à lei. A ela se submete.

O Constituinte incorporou na Carta Maior um princípio de natureza restritiva para a habilitação, segundo o qual só pode o processo de licitação exigir documentos que

comproven a sua qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, isto é, que signifiquem certeza de que o contrato será bem e fielmente cumprido, e isto a Recorrente demonstrou sem sombra de dúvidas em sua habilitação, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AOS ITENS SUPRACITADOS.

Decidir pela desclassificação da Recorrente, demonstrando que esta atendeu a contento todas as exigências editalícias, não encontra guarida nos princípios que regem o procedimento licitatório.

Ademais, resta plenamente demonstrado que a empresa Recorrente **apresentou fielmente ao disposto no edital.**

Desta forma, a inabilitação da recorrente sendo motivada pela Comissão por suposta ausência de documentação que na verdade consta inserida, configura exigência adicional não prevista inicialmente no Edital, contrariando os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Cumprе ressaltar que a IGF apresentou toda a documentação completa e correta exigida neste EDITAL DE LICITAÇÃO para este certame licitatório no atendimento à FASE DE HABILITAÇÃO.

Ainda assim, os arquivos apresentados deixaram de ser considerados, desclassificando, de maneira arbitrária e ilegal a recorrente.

Assim, restam mais que comprovados e suficientes a necessidade de anulação da decisão que inabilitou e desclassificou a empresa licitante, ora recorrente.

De tal maneira, não há que se falar em descumprimento a nenhum item do Edital, em especial aos itens supracitados, posto que a exigência editalícia foi devidamente cumprida, conforme se observa nos acervos demonstradas.

Portanto, se verifica que a empresa Recorrente atendeu a contento todas as exigências do edital, não se configurando, portanto, em qualquer impedimento para que a empresa seja considerada HABILITADA, bem como, comprovando que possui a capacitação técnica em quantitativo superior ao exigido para os serviços relevantes.

Relevante frisar que **o Edital é a lei interna da licitação**, fazendo com que, tanto a Administração quanto as licitantes fiquem presas ao que for ele estipulado, sendo inadmissível, ilegal e incompreensível a aceitação de documentos ou propostas em desacordo com o exigido no instrumento convocatório.

Isso significa que tanto as regras de regência substantiva, quanto procedimental não poderão ser atropeladas pela Administração e pelos licitantes, permanecendo vigorosas ao longo da licitação.

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, **não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório**, pois, para garantir **segurança e estabilidade** às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o **tratamento isonômico** entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congêneres.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Fica assim demonstrado de forma insofismável que a Recorrente **IGF Construções e Serviços LTDA - EPP**, atendeu perfeitamente aos itens do Edital, não merecendo prosperar a decisão da CPL que a inabilitou.

II. Pedidos

Ante o acima exposto, vimos à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito e o máximo acatamento, a fim de requerermos, se digne em:

- a) Que o presente Recurso seja recebido e processado por ser tempestivo e atender os requisitos necessários, podendo a CPL reconsiderar sua decisão, consoante lhe faculta o art. 165, § 2º da Lei 14.133/21, declarando a empresa **IGF Construções e Serviços LTDA HABILITADA**;
- b) Caso opte pela manutenção da decisão atacada, que o presente Recurso seja dirigido à autoridade superior, para apreciação e provimento, declarando a Recorrente **IGF Construções e Serviços LTDA HABILITADA**, para prosseguir no certame, visto o atendimento ao que determinam o edital e a Lei 14.133/21.

Termos em que pede deferimento.

Belém/PA, 14 de novembro de 2024.

IGF Construções e Serviços LTDA

Representante Legal